

creto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*, inspectora superior.

Aviso n.º 3477/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Luísa Jakeline da Silva Cabral, natural de Maputo, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascida a 17/09/1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3478/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 17 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a José Geraldo Maia, natural de Fernandes Tourinho, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido a 16/12/1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3576/2008

Ao abrigo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, declaro aberto concurso de ingresso no Centro de Estudos Judiciários para preenchimento de 100 lugares de auditor de justiça, sendo 50 para a magistratura judicial e 50 para a magistratura do Ministério Público.

7 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 3577/2008

Com a entrada em vigor da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, importa fixar o montante da comparticipação no custo do procedimento para efeito de apresentação de candidatura a concurso de ingresso na formação inicial de magistrados e de pedido de revisão de provas da respectiva fase escrita, nos termos do disposto, respectivamente, no n.º 5 do artigo 11.º e no n.º 6 do artigo 17.º da referida Lei.

Assim, ao abrigo do n.º 5 do artigo 11.º e do n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro:

1 — Fixo em 90 € o montante da comparticipação no custo do procedimento pela apresentação de candidatura a concurso de ingresso na formação inicial de magistrados, em 2008.

2 — Fixo em 60 € o montante de comparticipação no custo do procedimento, a pagar por pedido de revisão de prova da fase escrita, pelos candidatos a concurso de ingresso na formação inicial de magistrados que o apresentem.

7 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 3578/2008

Considerando a conclusão, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, dos processos de fusão e de reestruturação encetados na sequência da entrada em vigor da nova Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, determinada a sua estrutura nuclear, constante da Portaria n.º 514/2007,

de 30 de Abril, e flexível, por meu despacho de 21 de Maio de 2007, proferido ao abrigo do estatuído no artigo 21º da lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e na alínea f) do n.º 1 do artigo 7º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dentro dos limites fixados na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, importa proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 1º grau, com vista a operacionalizar a nova estrutura orgânica do serviço;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20º da lei 2/2004, de 7 de Abril, republicada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente, licenciatura e seis anos de experiência profissional na carreira técnica superior, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11º e 12º do mesmo diploma, devendo, aqueles que não sejam possuidores da formação específica prevista naqueles dispositivos legais e na Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, frequentar o correspondente curso no decurso dos dois primeiros anos de exercício de funções;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27º do diploma supra referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o licenciado Vítor Manuel Salgueiro António, técnico superior principal de biblioteca e documentação do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentor do perfil, da experiência, dos conhecimentos e da formação adequados, como sobressai da súmula curricular em anexo ao presente despacho, porquanto é licenciado em história, com mais de 15 anos de experiência profissional relevante como técnico superior e mais de seis anos como dirigente de nível intermédio no Ministério da Justiça;

Nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 11º, 12º, 20º e 27º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o técnico superior principal de biblioteca e documentação do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, licenciado Vítor Manuel Salgueiro António, para, em regime de substituição e com efeitos a 1 de Fevereiro de 2008, exercer o cargo de Director de Serviços de Recursos Documentais, Arquivo e Património Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

18 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Nome: Vítor Manuel Salgueiro António; Data de Nascimento: 28 de Maio de 1962; Naturalidade: Carnaxide/Oeiras; Categoria profissional: Técnico superior principal de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. Habilitações académicas: Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1986 — 14 valores); Pós-Graduação em Ciências Documentais — Biblioteca e documentação, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1994 — 15 valores). Actividade Profissional: 2007 a 2008, Chefe de Divisão de Documentação e Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; 2001 a 2007, Chefe de Divisão de Informação e Documentação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; 27/11/2002 transita para a carreira técnica superior de biblioteca e documentação; 2000 a 2001 técnico superior principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; 1994 a 2000, técnico superior principal, técnico superior de 1ª classe e técnico superior de 2ª classe do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça; 1992 a 1994, estagiário da carreira técnica superior do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

Projectos de maior relevância desenvolvidos na área de biblioteca, documentação e arquivo: coordenador de projectos de definição de políticas de classificação e indexação de publicações; coordenador dos projectos de automatização da Biblioteca do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça e do Centro de Documentação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; coordenador de projectos na área de difusão selectiva de informação jurídica e de peças de imprensa na área orgânica da Justiça; responsável por projectos editoriais da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; no âmbito do Diagnóstico dos Arquivos Intermédios da Administração Central, da responsabilidade do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e Observatório das Actividades Culturais, foi coordenador do Grupo de Trabalho de Arquivos do Ministério da Justiça; responsável pela elaboração do Plano de Classificação de Arquivo da Secretaria-Geral e do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça; responsável pela elaboração